

## Texto 01

### ENVELHECIMENTO HUMANO NA PERSPECTIVA DA TOTALIDADE SOCIAL



Na modernidade falar sobre o processo de envelhecimento e velhice soa como um desafio, por ser um fenômeno heterogêneo, multifacetado e complexo. Enfatizamos que o processo de envelhecimento se dá ao longo da vida humana e a velhice é uma fase marcada socialmente, isto é, uma construção social e, conseqüentemente, vem permeada de valores

que são condicionados pelo tempo e espaço, especialmente se circunscrevermos a velhice na sociedade capitalista.

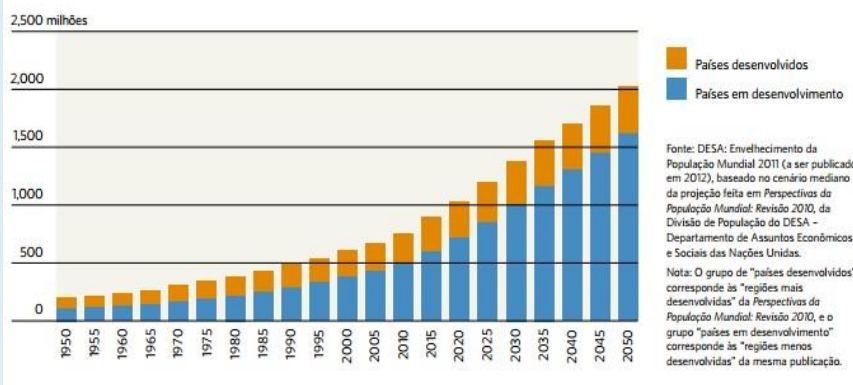
Assim, a velhice da população vem se consolidando como uma conquista humana, porém, essa fase da vida resguarda e reflete as expressões do embate entre capital e trabalho. Ou seja, apesar de a velhice da população ser um triunfo por outro lado ela também é um desafio, por ser fenômeno mergulhado nas questões intrínsecas da sociedade: a exploração e a desigualdade social.

O envelhecimento populacional é um fenômeno que está acontecendo em todo o mundo, já consolidado nos países desenvolvidos, apresentando-se de forma crescente nos países em desenvolvimento. Os fatores responsáveis pelo aumento da população estão sendo amplamente discutidos e podemos destacar o declínio das taxas de fecundidade, bem como das taxas de mortalidade, influenciando de forma direta esses resultados. Esse fenômeno tem atraído a atenção do mundo por sua relevância e tem sido chamado por muitos estudiosos de 'revolução demográfica'.

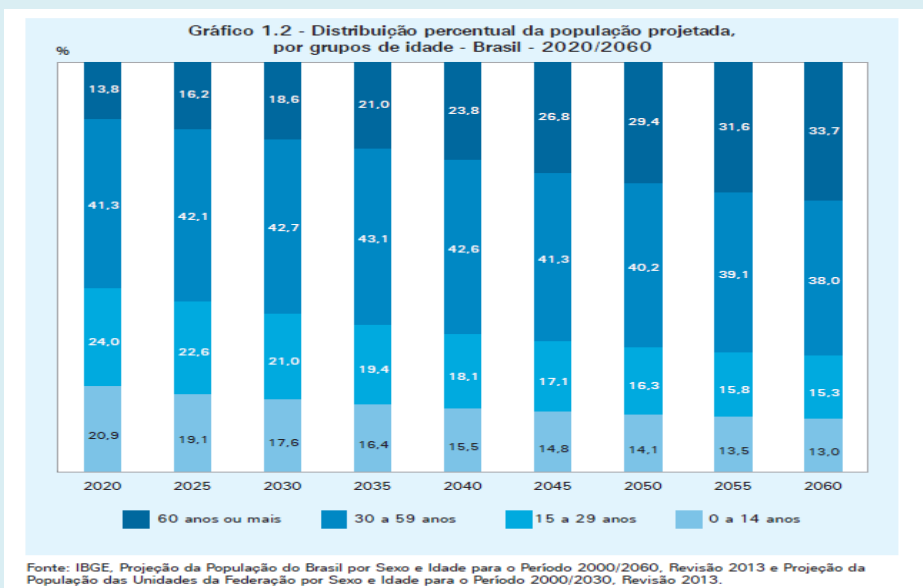
**Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), nos próximos 43 anos o número de pessoas com mais de 60 anos de idade será três vezes maior do que o atual. Os idosos representarão um quarto da população mundial projetada, ou seja, cerca de 2 bilhões de indivíduos. O Brasil, até 2025, será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas.**

## Envelhecimento no mundo

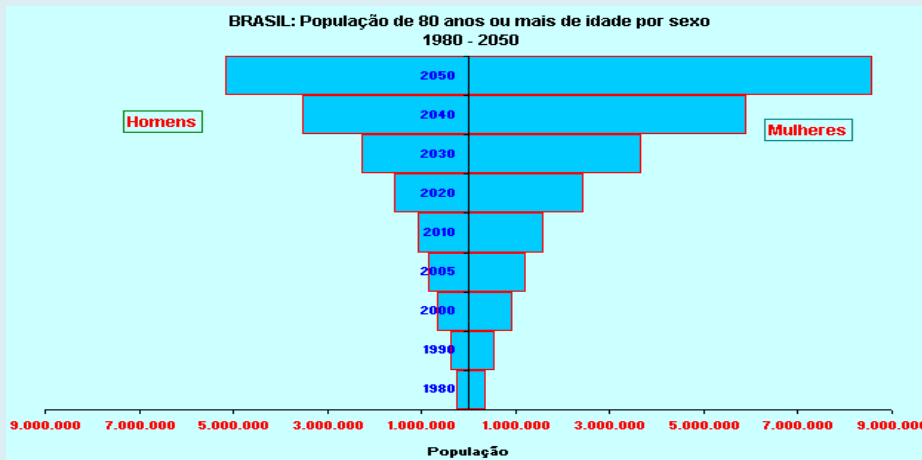
Número de pessoas com 60 anos ou mais:  
Mundo, países desenvolvidos e em desenvolvimento, 1950-2050



## Envelhecimento no Brasil (2020-2060)



No critério da OMS, é considerado idoso o habitante de país em desenvolvimento com 60 anos ou mais e o habitante de país desenvolvido com ou acima de 65 anos. Em 2050, a expectativa



de vida nos países desenvolvidos será de 87,5 anos para os homens e 92,5 para as mulheres. Já nos países em desenvolvimento, será de 82 anos para homens e 86 para mulheres.

As implicações do envelhecimento do perfil demográfico para as nações consideradas “em desenvolvimento” são diferentes dos impasses dos países “desenvolvidos”, justamente pelo fato de que o processo de envelhecimento nas nações desenvolvidas se deu de forma gradual, acompanhando as efetivações do acesso aos direitos sociais, enquanto que nos países em desenvolvimento esse processo vem ocorrendo de forma acelerada, acentuando as expressões da Questão Social desses contextos, que se transformam e se complexificam devido às relações precarizadas de trabalho que refletem nas condições de classe, etnia, gênero, como por exemplo no contexto brasileiro.

Sendo assim, chegar aos 80 anos é um privilégio que está vetado a várias populações no contexto mundial. A desigualdade que marca a vida de milhões de indivíduos, protagonizando uma situação quase irreversível de não realização das suas necessidades básicas e potencialidades humanas ao longo de todo o curso de vida, não será menos incidente na velhice.



A constatação desse envelhecimento populacional fez com que os organismos internacionais buscassem compreender os impactos que esse fenômeno poderia acarretar para os países, principalmente naqueles onde se considera que o fenômeno esteja mais acelerado. No centro do debate estão a questão da seguridade social (Previdência, saúde e assistência social),



impactados diretamente pelo aumento da demanda. Diante disso, esses organismos discutem propostas para que os Estados Nacionais sintam o mínimo possível esses impactos e sugerem a adoção de medidas de prevenção, enxergando a velhice como problema. Nessa perspectiva, as orientações desses organismos são dirigidas à busca de modelos de

desenvolvimento nos quais os idosos possam ser parte ativa e contribuam para este, a fim de compensar as despesas que o Estado dispensará a esse grupo populacional.

Partindo dessas considerações, é válido salientar a importância de se discutir o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, no qual: (i) considera o movimento histórico das relações sociais de produção e reprodução capitalista; (ii) considera a centralidade do trabalho, entendendo que o trabalho é o ato fundante do Ser social; (iii) aborda a velhice enquanto uma produção social, tendo em vista que, na sociedade moderna, essa análise não pode ser apartada da ordem sociometabólica da reprodução do sistema do capital; (iv) e adota o ponto de vista da totalidade social, em contraponto à racionalidade do sistema do capital. (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 41).

A velhice, portanto, mostra-se heterogênea, sendo possível entender que o processo biológico do envelhecimento é permeado por condicionantes sociais que lhe imprimem as características específicas de cada sociedade, de cada momento histórico, além de fatores extremamente relevantes como classe social, etnia, gênero, papéis e significados distintos em função do meio rural e atividade laboral ou mesmo fatores como a cultura, ideologia dominante, poder político e econômico predominante, relação entre Estado e sociedade civil.

Esses condicionantes sócio históricos permeiam o indivíduo em todo o seu processo de envelhecimento e velhice, do nascimento até a morte. “Em todos os casos lidamos com construções sociais que não só descrevem, mas também atribuem significados, valor e função social aos diversos momentos e etapas da existência” (MAGALHÃES, 1989, p. 17). É importante observar o envelhecimento sob a ótica do curso de vida e dos condicionantes sociais.

Ao afirmarmos que a velhice e o envelhecimento são heterogêneos, que não se



manifestam da mesma forma em todos os sujeitos sociais, passamos a entender que o velho é o reflexo desse conjunto de condicionantes, é o resultado de um processo. Não é algo novo, desconectado daquilo que o indivíduo foi e viveu em toda a sua vida, haja vista que “[...] a velhice nunca será uma generalidade, no singular, mas ‘velhices’, dada à

pluralidade de manifestações, numa mesma formação social, relacionadas às condições de vida e trabalho das pessoas” (TEIXEIRA, 2009, p. 120). Sob essa perspectiva histórica, fundamentada sobre a categoria da totalidade, podemos compreender a velhice como uma construção social, fruto de uma sociedade que determina a sua valorização ou seu contrário em aspectos múltiplos e opostos.

Sendo assim, o processo de envelhecimento, em sua maioria, é caracterizado por opressões que reforçam a subordinação na própria posição de classe trabalhadora. O crescimento de discursos de ódio reforça preconceitos, ignorando como a pauta de reivindicação de setores subalternizados da sociedade denunciam práticas que agudizam as contradições que permeiam a velhice. Não se pode subsumir os componentes de raça, etnia, gênero, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e assim por diante, como agravantes da condição de classe nos modos de envelhecer.



Não se trata do processo de envelhecimento humano em seu entendimento “natural”, “atemporal” e “global”, mas da velhice produzida no âmbito da sociedade moderna. Trata-se da velhice reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital. Logo, partimos do conceito de velhice, segundo define Simone de Beauvoir (1990), como o resultado e o prolongamento de um processo que completa o curso de vida humana.

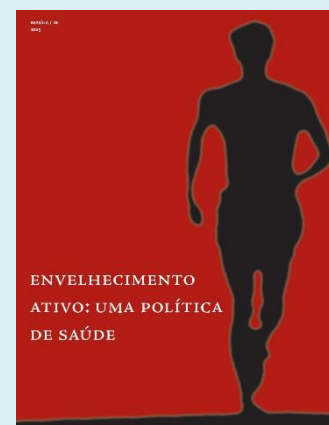
Neste sentido, a velhice é desvelada como um processo não meramente natural, não essencialmente casual, na medida em que está condicionada pelas relações sociais, isto é, pela estrutura de classes, que se sobrepõe aos fatores biológicos e cronológicos do envelhecimento humano.

Segundo a gerontologia social, a pedagogia da velhice encerra uma saída para a problemática vivida pelos velhos. Instrui os idosos a viverem, graças ao processo de ressocialização, da assimilação das "receitas gerontológicas" relativas à aprendizagem da arte de saber envelhecer, uma existência diferente daquela que é socialmente produzida. "É uma questão de educação"; "há necessidade de se criar escolas que ensinem os homens a serem velhos", insistem os especialistas. Propõem a ação de equipes multiprofissionais coesas em que o sucesso da prática pedagógica depende da utilização de técnicas eficazes.

O trabalho também ocupa lugar privilegiado no ideário gerontológico, sendo indicado como a melhor terapia para o envelhecimento. Desta forma, a proposta da abolição da aposentadoria por tempo de serviço se faz presente em discursos de gerontólogos. A realidade vivida na sociedade de classes brasileira é encoberta: o trabalho assalariado aparece como remédio para que a vida do homem continue tendo sentido. De forma sutil, está sendo questionada a aposentadoria, direito conquistado a duras penas pela classe trabalhadora. Finalmente, os especialistas procuram atingir a família, buscam sensibilizá-la para que assuma o papel de protetora da velhice.

Crescem as sedutoras propostas de "socialização libertadora" e de propagação da cultura do lazer (pacotes turísticos para a "Melhor Idade"), remédios eficazes na cura dos males da "terceira idade"; surgem, ao mesmo tempo, programas para combater o estigma a que estão submetidos os idosos solicitando o apoio comunitário.

Para, além disso, são veiculadas várias ideias sobre o processo de envelhecimento e velhice, que germinam tanto das matrizes conservadoras quanto das revolucionárias. Os discursos ideopolíticos disseminados nos complexos sociais abordam a necessidade de repensar o sistema previdenciário, o ataque também incide sobre o direito à saúde e principalmente há uma tendência de "reprivatização" do processo de envelhecimento e velhice culpabilizando os velhos ou



suas famílias pelas suas condições de vida. Há, portanto, uma política voltada para o envelhecimento ativo.

Ações como a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto dos gastos públicos, assim como a reforma da previdência, a focalização de benefícios de transferência de renda e a privatização da saúde, chegam a naturalizar a descartabilidade de trabalhadores/as idosos/as, que deixam de ter atendidas as necessidades materiais que lhes garantem condições mínimas de existência.

Tem-se ainda uma pseudovalorização do segmento idoso que se faz presente nas políticas públicas, privilegiando a adoção de um estereótipo positivo da velhice, que idealiza as possibilidades individuais e nega os desafios políticos que a vivência da velhice na sociedade capitalista impõe aos sujeitos sociais. A qualidade de vida na velhice aparece não como um resultado das condições de vida, mas sim uma questão de escolha.

Chegamos ao entendimento que compreender o processo de envelhecimento e velhice demanda uma visão crítica que ultrapasse o imediatamente dado. A nossa visão sobre o processo de envelhecer é formada a partir das nossas experiências pessoais que são influenciadas pelos complexos sociais, que formam opiniões acerca da velhice, definindo modos de ser e agir, ou seja, o processo de envelhecimento e velhice é permeado pela ideologia dominante.



Desse modo, para se desvelar as produções sociais dos estereótipos da velhice é importante articular as reflexões que unem a historicidade, o elemento crítico e o caráter de totalidade das relações sociais. Justamente, porque o processo de envelhecimento e velhice se dá em um determinado contexto político, econômico e social, que engendra nos sujeitos sociais a concepção do que deve ser e como se comportar nesta fase da vida.

É preciso que entendamos que o processo de envelhecimento ocorre durante o curso de vida e a velhice é uma fase demarcada cronologicamente pela sociedade e ambos os fenômenos são construídos socialmente.

Na contemporaneidade, o envelhecimento populacional tem se tornado assunto recorrente no cotidiano, ressaltamos que ele advém da efetivação de políticas públicas e dos movimentos sociais que lutaram em prol do acesso aos direitos sociais, principalmente no âmbito do trabalho, saúde, assistência social, previdência, habitação, entre outros, Paiva (2014, p. 125) destaca que “[...] o envelhecimento populacional, longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital.”

Sobre o ponto de vista do debate crítico o processo de envelhecimento e velhice também pode se tornar uma das expressões da questão social, na medida em que os sujeitos sociais envelhecem sob o tecido do modo de produção capitalista, e vivenciam as mazelas desse sistema de acordo com sua fração de classe social, “[...] a sociabilidade aparece como elemento principal do envelhecimento” (PEIXOTO, 2006, p. 69-70) e ainda frisamos Beauvoir (1990, p. 17): “[...] tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice.”

Portanto, há de se destacar que a análise do processo de envelhecimento e velhice requer uma visão contextualizada, pois não é uma simples soma de fatores, e nem mesmo uma interposição dos mesmos, mas sim uma complexa teia de condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais (COSTA, 2015).

Logo, sob a sociabilidade burguesa, envelhecer com dignidade se torna uma condição relegada a poucos indivíduos, apesar dos avanços da luta em prol desse direito humano, neste momento podemos recorrer à célebre frase de Bosi (1994, p. 18) “Que é ser velho? [...] em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem.”

Falar do processo de envelhecimento e velhice é uma temática contemporânea, é lutar e compreender nosso futuro e os desafios que enfrentaremos juntos no Brasil que envelhece. Ora, se mostra como de suma importância analisar a velhice populacional de forma crítica, pois os discursos disseminados no cotidiano, muitas vezes, a traz como uma fase coberta de limitações ou vem embutida a idealização de suas possibilidades, para, além disso, o discurso da burguesia trazem a velhice dos (as) velhos (as) trabalhadores (as) como principal causa da “falência” do sistema de proteção social.

A análise sobre o processo de envelhecimento e velhice deve se pautar na afirmação de que envelhecer é um direito, porque o envelhecimento da população se mostra como uma conquista social, já que é fruto das melhorias das condições de vida de uma parcela da classe trabalhadora, entretanto, também se consolida como um desafio, uma vez que, na contemporaneidade, a luta do movimento social do idoso é para que esse triunfo social seja desfrutado por todos, para que se acresça qualidade de vida aos anos a mais vividos, para que verdadeiramente a velhice seja reconhecida como uma fase da vida que possui limites, mas também possibilidades. Que nossos (as) velhos (as) sejam libertos dos estigmas da improdutividade, inutilidade, e que sejam respeitados pela sua experiência e que sejam reconhecidos como sujeitos de direito, que possuem voz e vez.



Percebemos nitidamente que as garantias legais carecem de efetivação e concretização, especialmente se refletimos que essas garantias foram conquistadas em plena implantação do ideário neoliberal, como aponta Teixeira (2008, p. 291): “[...] a garantia desses direitos é ambígua, reafirma-os como responsabilidade do Estado e nega-os ao remeter a execução da política para a sociedade civil, campo da ajuda social e da lógica do mercado. ”

Portanto, não podemos deixar de salientar que o movimento social que luta pelos direitos e reconhecimento da pessoa idosa no Brasil, tenta resistir a essa conjuntura adversa que lança cotidianamente novos desafios para esses atores sociais.

Diante do exposto, finalizo esse primeiro módulo, trazendo uma citação da Luiza Erundina (87 anos, assistente social e política brasileira), indo na contramão desta sociedade desigual, na qual se cogitou em classificar a velhice como doença:



*“A velhice não é doença, não é defeito. A velhice não impede o sonho. Portanto, o sonho que me move, em relação às transformações que a sociedade precisa, não envelheceu.”*

*(Luiza Erundina)*



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMPELO E PAIVA, S. de O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014. 303 p.
- COSTA, J. S. **Velhice, ideologia e crítica**: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços conferências / Joice Sousa Costa. – Franca: [s.n.], 2015.
- MAGALHÃES, D. N. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- TEIXEIRA, S. M. A delimitação de classe no processo de envelhecimento. In: ARAÚJO, L. F.; CARVALHO, C. M. R. G.; CARVALHO, V. A. M. L. (Org.). **As diversidades do envelhecer**: uma abordagem multidisciplinar. Curitiba: CRV, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.